



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 115/XIII/ 2.ª SL

Aos 05 dias do mês de julho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição ao Ministro dos Negócios Estrangeiros ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Audição ao Ministro dos Negócios Estrangeiros ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Regina Bastos, deu as boas vindas ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e à Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, agradecendo a presença nesta última audição regimental da 2.ª Sessão Legislativa.

O Senhor Ministro tomou a palavra para a sua intervenção inicial referindo-se ao debate em curso sobre o futuro da Europa a 27 e aos vários desenvolvimentos que transformam a atitude do Governo numa atitude mais positiva.

No plano político destacou as eleições em França e a posição de compromissos da União face à administração americana na política externa, referindo-se ainda ao Brexit e ao calendário das negociações e separação em duas fases.

Sobre o trabalho da Comissão Europeia, destacou a publicação dos cinco cenários e a preferência do Governo por uma combinação de cenários e o facto de os documentos de reflexão apresentarem uma dupla consciência: por um lado a necessidade de implementar em tempo útil decisões já tomadas e, por outro lado, reformar a UE e a zona euro, alargando novas áreas de integração e destacando situações como migrações, emprego e segurança.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 115/XIII/ 2.^a SL

Relativamente ao Pilar Social, focou a reafirmação da Comissão e do Parlamento europeus da importância destas matérias e da sua natureza distintiva. Sobre a globalização afirmou a necessidade de regularização de controlo desta dimensão e sobre a defesa a aproximação a uma união de segurança e defesa com uma combinação de instrumentos de *soft* e *hard power*.

Referiu-se ainda à União Económica e Monetária (UEM) e ao seu documento de reflexão, que calendariza a necessidade de avançar para uma união financeira e responder ao problema do sistema bancário, uma base orçamental e financeira para o fundo único de resolução e ainda o seguro europeu de depósitos. Focou a maior ligação entre o Semestre Europeu e os mecanismos económicos, bem como o quadro financeiro plurianual, a consolidação do mecanismo de estabilização macroeconómica e a arquitetura da zona euro.

Frisou o tema sobre o financiamento da UE, lançando o debate sobre o novo quadro financeiro plurianual face aos desafios do Brexit, e a necessidade de encontrar recursos próprios ou realizar cortes orçamentais. Aludiu ainda às duas posições sobre o tema: manter a política de coesão e preocupações com os contribuintes líquidos.

Na primeira ronda de questões intervieram os Senhores Deputados:

Duarte Marques (PSD), referindo-se às expectativas financeiras e à sua importância, bem como aos problemas e oportunidades colocados à coesão com a saída do Reino Unido, interrogando qual a posição do Governo em relação a esta situação; referiu ainda o atraso na transposição das diretivas e a falta de transparência no processo de candidatura de Portugal à Agência Europeia do Medicamento; colocou questões sobre o desenvolvimento de um estudo imparcial e independente por parte do Governo sobre o impacto económico do Brexit e sobre o problema das florestas, referindo o Plano Juncker como uma oportunidade para investir na floresta. Ainda em relação aos refugiados, questionou qual a posição do Governo perante a ameaça de Itália de fechar os seus portos a barcos de migrantes.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 115/XIII/ 2.^a SL

Francisca Parreira (PS) referiu-se à capacidade do atual Governo para aprofundar a participação do Estado na UEM, migrações, reforço da segurança, credibilização da Europa junto dos cidadãos, culminando com a saída do procedimento de défice excessivo; destacou ainda a coesão da Europa além da parte orçamental e a unidade e estratégia de coesão presente nas prioridades da Presidência da Estónia; destacou também a política efetiva de recolocação e readmissão dos migrantes e a evolução do trabalho do Governo na reinstalação, acordo UE-Turquia e posição da Áustria com reforço das fronteiras.

Lara Martinho (PS) colocando questões sobre o sentimento de incerteza política com a nova administração americana em relação à Base das Lajes e a Portugal em geral como membro da NATO; sobre o futuro das relações transatlânticas e a posição da União quanto a esta questão; sobre os acordos comerciais com o Japão e o Mercosul, referindo-se à salvaguarda dos direitos agrícolas e as barreiras ao comércio.

Isabel Pires (BE) referiu os problemas associados à saída do Reino Unido da União Europeia e interrogou se se assiste a uma posição mais dura da União face ao Reino Unido nas negociações, perguntando se o acordo continua a ser recíproco e o que isso significa para o futuro dos cidadãos; em relação aos refugiados, referiu que a execução das medidas propostas ainda estão aquém do esperado, investindo-se na defesa mas deixando as medidas humanitárias com financiamento insuficiente; sobre o Acordo UE-Turquia, destacou que a União está num impasse moral.

Pedro Mota Soares (CDS-PP) frisou, no campo da segurança e defesa, que a imagem externa de Portugal na NATO, na União e internacionalmente não é boa, tendo em conta o assalto à base de Tancos; referiu ainda a preocupação relativamente à situação dos incêndios e a necessidade de esclarecimentos e responsabilização do Governo nestas situações, arcando com as necessárias consequências.

Miguel Tiago (PCP) focou o erro permanente no *status quo* da União, estagnação económica, problemas com perda de soberania e que se agravam com a intensificação de políticas da UE; os documentos de reflexão e relatórios considerou



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 115/XIII/ 2.^a SL

serem demonstrações do aprofundamento sem cálculo dos custos para Portugal; destacou ainda a política militarista agressiva, o imperialismo e a necessidade de aproximação e cooperação com a NATO, organização na origem de todos os conflitos armados no globo; referiu que a centralização e o federalismo são usados para resolver os problemas; sobre a UEM, frisou que os problemas não ficam resolvidos com a União Bancária, que acompanha o processo de concentração da propriedade bancária; terminou mencionando o Brexit e perguntando qual a forma de acompanhamento e medidas do Governo para salvaguardar os direitos dos cidadãos.

O Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros respondeu às questões de forma individualizada.

Na segunda ronda de questões usaram da palavra os Senhores Deputados:

Miguel Morgado (PSD) referindo-se à reputação que Portugal tem como país seguro que se encontra abalada pelo assalto a Tancos; perguntou sobre a cooperação estruturada permanente e quais as condições de realização da mesma e seu financiamento; sobre os objetivos de 2% do PIB para defesa questionou se Portugal apoia esta questão e qual o calendário para a sua resolução; sobre a agência europeia de defesa, pergunta se o fundo europeu de defesa pode ser uma mais-valia e se já há avaliação de impacto sobre a indústria militar em Portugal e a antecipação dos efeitos deste fundo; frisou ainda o documento de reflexão sobre a UEM.

António Cardoso (PS) destacou o Acordo de Paris e o cumprimento do mesmo apenas por três países europeus, sendo necessárias mais medidas, questionando o Governo sobre a sua ação relativamente ao comércio de licenças e metas a longo prazo; perguntou ainda o que fará a UE caso os Estados Unidos não cumpram o Acordo, bem como se pode o mecanismo de licenças no mercado de carbono funcionar sem o Reino Unido após a sua saída; interrogou ainda sobre os avanços na rede elétrica, tendo em conta a dependência da posição francesa, bem como o que está previsto no âmbito das ligações ferroviárias.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 115/XIII/ 2.^a SL

Isabel Pires (BE) mencionou que a UEM requer um aprofundamento de medidas que insistem na mesma solução e não têm resultados; aludiu aos acordos comerciais e regulação do sistema capitalista com lucro na não regulação, com consequências negativas; sobre o CETA, referiu-se às suas consequências e aos debates insuficientes sobre o tema e sem um estudo de impacto específico, perguntando se há alteração da posição do Governo.

Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu-se à necessidade de comando nas forças armadas e questionou sobre a apresentação da candidatura de Portugal ao fundo europeu de solidariedade tendo em conta a tragédia dos incêndios; sobre a matéria da defesa, apresentou reservas quanto ao financiamento do fundo europeu de defesa e questionou se Portugal está na linha da frente com os Estados que querem uma maior integração nesta matéria, qual o critério de financiamento do Estados-Membros e qual o compromisso do Estado Português.

O Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus responderam às questões de forma conjunta.

Na terceira ronda de questões intervieram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires (BE) referindo-se aos impactos significativos do CETA e à continuidade dos problemas com os refugiados.

Pedro Mota Soares (CDS-PP) destacando a perda de dimensão atlântica da Europa com a saída do Reino Unido e o papel central de Portugal nesta matéria, questionando o Governo sobre as suas ações para colocar esta questão na agenda.

O Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros respondeu às questões de forma conjunta.

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 115/XIII/ 2.^a SL

Palácio de São Bento, 18 julho 2017.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 115/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
António Cardoso
António Costa Silva
António Gameiro
António Sales
Carla Tavares
Carlos Costa Neves
Duarte Marques
Francisca Parreira
Inês Domingos
Isabel Pires
João Galamba
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Rubina Berardo
António Ventura
Lara Martinho
Miguel Tiago
Ricardo Bexiga

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurico Brilhante Dias
Paula Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira
Filipe Anacoreta Correia
Moisés Ferreira
Vitalino Canas